



Fala João Ananias da Câmara Federal



Brasília, 30 de novembro de 2011 | Nº 36 |

Brasil gasta muito pouco com saúde, conclui relatório aprovado em comissão

Para resolver problema de financiamento do setor, o texto sugere a criação de um novo tributo para financiar o SUS; a tributação de grandes fortunas e um imposto sobre grandes movimentações financeiras para transações acima de R\$ 1 milhão.

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou na quarta-feira o relatório final da subcomissão especial que analisou o financiamento, a reestruturação, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). O documento havia sido aprovado pela subcomissão no dia 24 de outubro. O relatório do deputado Rogério Carvalho (PT-SE), de quase 400 páginas, conclui que o Brasil gasta muito pouco com saúde pública.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), sistemas de cobertura universal, como o brasileiro, demandam entre 6,5% e 7% do Produto Interno Bruto (PIB). No caso brasileiro, somando-se os gastos das três esferas de governo, chega-se a pouco mais de 3,6%, um valor próximo à metade do necessário.

De acordo com o texto, os gastos públicos em saúde representam 45% dos gastos totais em saúde e favorecem os 190 milhões de brasileiros. Já os gastos privados – no mercado de planos de saúde, seguros de saúde e consultas particulares – somam 55% dos gastos totais.

Ressarcimento - Diante desse quadro, o relatório propõe a apresentação de um projeto de lei sobre o ressarcimento presumido ao SUS. Trata-se da colaboração entre os



sistemas público, privado e suplementar de saúde, que se dará sem a exclusão do atual ressarcimento, baseado em procedimentos individuais.

Hoje, se um usuário de plano de saúde recorre a um serviço do SUS, a operadora do plano é obrigada a ressarcir o sistema com os valores daquele atendimento específico. No caso do ressarcimento presumido, anualmente, as operadoras de planos e seguros privados de saúde deverão pagar pelos atendimentos dos usuários dos planos presumidamente realizados nos hospitais públicos e instituições conveniadas ao SUS.

Diagnóstico e soluções - O documento busca traçar um diag-

nóstico do setor e apontar soluções para falhas identificadas, como a escassez de financiamento. Para este problema, o texto sugere uma série de alternativas, como apoiar a criação de um novo tributo para financiar o setor (o Projeto de Lei Complementar 32/11, que institui a Contribuição Social para a Saúde); tributar grandes fortunas, como, por exemplo, o patrimônio sobre jatinhos, helicópteros, iates e lanchas; tributar remessa de lucros para o exterior; e instituir um imposto sobre grandes movimentações financeiras para transações acima de R\$ 1 milhão.

O deputado João Ananias (PCdoBCE), que presidiu a subcomissão, ressaltou que o documento deve ser fonte de pesquisa para os parlamentares, servindo à formulação de novas propostas para a área.

O relatório determina ainda a criação do Conselho Nacional de Gestão do SUS, além de conselhos estaduais e regionais. Atualmente, a gestão é feita pelo Ministério da Saúde, pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde e pelo Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde.

Materia do Jornal da Câmara de 25/11/2011

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Anexo IV - Gabinete 303 | Brasília-DF | 70160-900

Tel: (61) 3215.5303 | dep.joaoanias@camara.gov.br